



VILA REAL STº ANTONIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ATA N.º 16/Quadriénio 2017-2021

Ao décimo terceiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presentes, **José Carlos Barros**, Presidente da Assembleia Municipal, **Maria Alexandra Martins do Livramento**, como Primeiro Secretário, **Alexandre Hermínio Drago Madeira**, como Segundo Secretário, e os membros eleitos das Bancadas do PSD, do PS e da CDU, nomeadamente **Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro**, **António José Cardoso Gomes**, **José Estêvão Correia da Cruz**, **Ricardo José Madeira Cipriano**, **Rui João Gutierres Setúbal**, **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança**, **José Joaquim Vicente da Rosa**, **Paulo César dos Santos Sousa**, **Vilma Sara Flores Dourado**, **Sandra Cristina Batista Vasques**, **Rafael José Forra dos Santos de Deus Teixeira**, **Vasco Ricardo Salas Vasques**, **António Manuel Cipriano Cabrita**, **Sónia Isabel Pereira Vasques**, **Armando José Parra da Silva**, **Paulo Alexandre Calvinho Conceição**, **António Manuel Centeno Barroso**, **Henrique da Encarnação Mascarenhas Bonança**, **Raúl Jorge Belião Nogueira**, **Cláudia Sofia Faria Justo Serra** e **Luis Filipe Antunes Rodrigues**, e conforme Edital de 12 de junho de 2019 reuniu, em sessão **ORDINÁRIA**, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António. -----

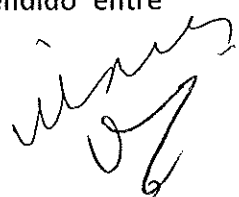
**ABERTURA DA SESSÃO:** O 1º Secretário procedeu à chamada. Na bancada da **CDU Gabriela Alexandra Gonçalves** foi substituída por **Vasco Ricardo Salas Vasques** e **Luís Filipe da Palma P. Rodrigues** por **José Joaquim Vicente da Rosa**, tendo-se registado a ausência de **Paulo Alexandre Calvinho Conceição**; na bancada do **PSD João Manuel Lopes Rodrigues** foi substituído por **António José Cardoso Gomes**, **Miguel Moreira da Costa** por **Paulo César dos Santos Sousa**, **Vera Lúcia Romão Corvo** por **Sandra Cristina Batista Vasques**, **Lara Sofia Vairinhos Rosa** por **António Manuel Centeno Barroso** e **Ricardo Catarino Serrano dos Reis** por **Cláudia Sofia Faria Justo Serra** e, na bancada do **PS**, **João Carlos Calvinho Lopes Viegas** foi substituído por **Rafael José Forra dos Santos de Deus Teixeira**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, começando por dar conhecimento dos assuntos da **Ordem do Dia**:-----

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES; -----
2. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 35,68 M2, SITA NA RUA DAS AREIAS, FREGUESIA DE MONTE GORDO; -----
3. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 51.80 M2, SITA NA RUA NOVA DE LISBOA, FREGUESIA DE MONTE GORDO; -----
4. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO NO BECO JOÃO DE LISBOA; -----
5. ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; -----
6. ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO GERAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; -----
7. ALTERAÇÃO À PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2018; -----
8. ALTERAÇÃO À PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2016; -----
9. ALTERAÇÃO À PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2017; -----
10. ALTERAÇÃO À PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2018; -----

**1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Assembleia Municipal informou que a correspondência recebida no período compreendido entre a última Assembleia e a presente sessão foi enviada por mail aos líderes de cada uma das bancadas, nomeadamente do **Grupo Parlamentar do PCP** as perguntas ao Governo sobre atraso na contratação de assistentes técnicos para a Direção Regional de Cultura do Algarve; sobre as intervenções para reforço do cordão dunar, desassoreamento da laguna e reposição da barra; sobre a contratação de funcionários para o Arquivo Distrital de Faro; a informação relativa ao Balanço do trabalho do Grupo Parlamentar na XIII Legislatura e ao Balanço da atividade desenvolvida na Assembleia da República, referente ao Algarve, no período compreendido entre



outubro de 2015 e julho de 2019. Da **Associação Terras do Baixo Guadiana** o Aviso de abertura de concursos - PDR2020; da **Associação Odiana** as notas de Imprensa: - Conclusão de trabalhos de melhoria na GR15 e Requalificado o Percorso da Reserva Natural de Castro Marim e VRSA.-----

Da **Câmara Municipal** recebeu-se, para conhecimento das bancadas, o processo LICENCIAMENTO ANUAL DO SOFTWARE VMWARE, VEEAM BACKUP E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE VILA RELA DE SANTO ANTÓNIO – COMPROMISSO PLURIANUAL.-----

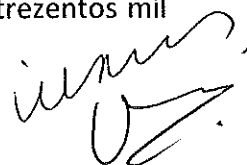
Foram entregues ao deputado **Rui João Gutierrez Setúbal** os documentos seguintes, relativos ao requerimento apresentado pelo deputado, registado com o n.º 2018/59, nomeadamente:-----

- a) Cópia do Balanço e Demonstração de Resultados da Câmara Municipal desde o exercício de 2005 (inclusive) ao exercício de 2017; -----
- b) Cópia do Balanço e Demonstração de Resultados da SGU desde o exercício da sua constituição até ao exercício de 2017; -----
- c) Cópia do Balanço e Demonstração de Resultados da extinta SRU desde o exercício da sua constituição até ao da incorporação na SGU; -----
- d) Cópia do Balanço e Demonstração de Resultados consolidados desde o primeiro exercício em que as contas foram consolidadas até ao exercício de 2017. -----

## **2. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 35,68 M2, SITA NA RUA DAS AREIAS, FREGUESIA DE MONTE GORDO;-----**

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou a proposta da **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião de Câmara de vinte e três de julho de dois mil e dezanove.-----

O deputado **Rafael José Forra dos Santos de Deus Teixeira** disse que o PS iria votar favoravelmente as propostas de desafetação do domínio público que constam da presente ordem de trabalhos. Disse que, considerando que, ao longo deste mandato, têm sido apresentadas inúmeras propostas de desafetação que genericamente tinham merecido o voto favorável do PS e considerando que apenas uma das propostas aprovadas da Sra. Presidente informou que o valor a receber da entidade ascenderia a cerca de trezentos mil



3

euros, mais que as deliberações posteriores e a formalização das competentes escrituras não eram do conhecimento deste órgão, a bancada do PS requeria à Sra. Presidente que solicitasse aos serviços a elaboração de relação dos valores recebidos ou a receber nas escrituras correspondentes às deliberações de desafetação desde o início do mandato até à reunião da presente data. O PS solicitou ainda que esta relação fosse entregue com a maior brevidade possível e, de preferência, até da próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, portanto, em setembro.-----

O deputado **António Manuel Cipriano Cabrita** disse que que era só para registar que era a primeira vez que se dava o que se acabava de ouvir ali. Disse que o que acabou de ser solicitado, quando se estava num órgão de soberania devidamente eleito, devidamente legal, fazer este tipo de pedido, disse que isto era de registar e solicitou que ficasse registado em ata o seu manifesto, porque aquilo de se estar a pedir quanto é que se cobrou com estas coisas, desde que se iniciou este mandato, achava aquilo perfeitamente esquisito, para não dizer mais nada.-----

O deputado **Rafael José Forra dos Santos de Deus Teixeira**, em resposta ao deputado **António Manuel Cipriano Cabrita**, disse que, se ele tivesse ouvido com um mínimo de atenção, teria ouvido que tinha dito “se possível”, até à próxima sessão ordinária, e, em seguida, portanto, se se queria transparência dever-se-ia ter conta todos os comportamentos que assim o transmitissem.-----

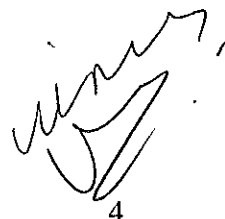
Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

### **3. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 51.80 M2, SITA NA RUA NOVA DE LISBOA, FREGUESIA DE MONTE GORDO;-----**

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou a proposta da **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião de Câmara de vinte e três de julho de dois mil e dezanove.-----

Não se registando intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

### **4. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO NO BECO JOÃO DE LISBOA; -----**



4

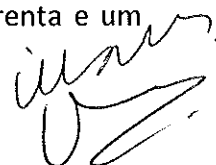
Presente a proposta da **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião de Câmara de seis de agosto de dois mil e dezanove. -----

Colocada a votação a proposta foi aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

#### **5. ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DE VILA**

Presente a proposta da **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** em reunião de Câmara de seis de agosto de dois mil e dezanove, com os votos contra dos **Vereadores Manuel Pôla Alturas Célia Paz e Álvaro Leal**, o deputado **José Estevão Correia da Cruz** disse que nestas alterações ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação queria perguntar à Presidente qual era a situação atual do Plano Direto Municipal porque a CDU entende que estes Regulamentos de Urbanização e de Edificação tinham de obedecer a uma estratégia geral. Disse que queria saber qual foi aquela que consideraram quando fizeram esta alteração de regulamento.-----

O deputado **Henrique da Encarnação Mascarenhas Bonança** disse que a bancada do PS pretendia lavrar um protesto por o Executivo Municipal apresentar uma proposta para entrar em vigor em dois mil e vinte e continuar a não dar a conhecer aos deputados desta Assembleia Municipal os artigos do Regulamentos e taxas que vão ser alterados por não elaborar um quadro comparativo entre as taxas em vigor e as propostas e ainda pelo reduzido espaço de tempo para analisar um documento técnico tão vasto que, e recordou, era para entrar em vigor dentro de quatro meses e meio. Disse que o PS estranhava esta forma de transparência política que o Executivo camarário tanto dizia acarinhar e pôr em prática, quando se verificava que, ao longo dos últimos meses, este mesmo Executivo tinha vindo a agravar sistematicamente as taxas que cobrava aos seus munícipes e investidores, justificando sempre tal facto como sendo uma imposição do FAM. Disse que apesar das limitações próprias de quem não tinha uma estrutura de apoio que lhe permitisse fazer em tão reduzido espaço de tempo a análise de um documento tão extenso e da dificuldade em localizar as taxas em vigor para as poder comparar com o agora proposto, disse que existiam alguns aspetos intrigantes nas novas taxas de urbanização e edificação. Assim, perguntou como explicar as reduções seguintes: Apreciação de Pedido de Urbanização que passa de oitocentos e dez euros para setecentos e cinquenta; obras de demolição que passa de quinhentos e treze para quatrocentos e setenta; obras de urbanização que passa de novecentos e vinte e nove euros para oitocentos e sessenta euros; trabalhos de remodelação de terrenos que passa de mil duzentos e cinquenta e um para mil cento e quarenta e um



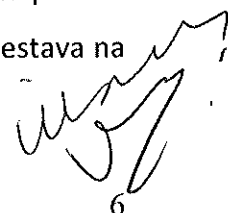
5

euros e uma vistoria que passa de duzentos e cinquenta para cento e setenta e cinco euros. Disse que certamente uma análise detalhada permitiria encontrar muitos mais, mas que estes poucos exemplos tinham um significado político importante uma vez que fazia cair a argumentação corrente de que os aumentos, ou melhor, o saque fiscal imposto aos munícipes do concelho eram imposição do FAM, transferindo para aquela entidade o ónus da culpa. Disse que ficava demonstrado que os aumentos de taxas e serviços são da exclusiva responsabilidade das opções políticas do PSD e da irracionalidade das suas decisões uma vez que como se via na presente proposta existiam algumas reduções. Disse que perante estas constatações e tendo em consideração, tal como fica claro na proposta da Câmara, a responsabilidade pela decisão final era desta Assembleia Municipal pelo que a bancada do PS não podia pactuar com estes comportamentos e assumir a responsabilidade por decisões cujo enquadramento técnico e financeiro desconhecia.-----

O deputado **António Manuel Cipriano Cabrita** disse que era só para deixar o seguinte registo: que quando havia propostas para justificar o aumento de taxas o PSD era criticado, quando havia um ajustamento e uma correção dos dados que havia no regulamento em questão, que no fundo era uma correção, era coisa para desconfiar. Disse que, portanto, o PSD tinha de levar com esta situação até ao fim do mandato, em tudo o que se fizesse seria sempre para desconfiar, portanto, o PSD iria tentar que cada vez menos as pessoas desconfiassem e ia mostrar às pessoas que estava ali de uma forma séria e não estava propriamente nem a brincar nem para fazer mal a ninguém. Disse que efetivamente tinha havido hipótese de corrigir estas situações, queria dizer que o Regulamento de Taxas, por lei, tinha de ser corrigido de três em três anos, este, se calhar, até já nem era corrigido há uns anos, era corrigido agora e ali estava a proposta e disse crer que aquilo ainda iria para discussão pública trinta dias, portanto, quando se falava de que não havia tempo para analisar, que era para entrar em vigor em dois mil e vinte e ainda iria ter um período de discussão pública, portanto, não estava a ver o que é que se estava a esconder.-----

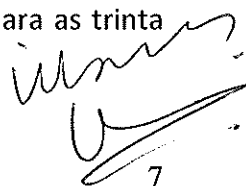
O **Presidente da Assembleia Municipal** fez notar que não se estava a votar a proposta final de Regulamento, mas apenas a submissão a consulta pública da proposta de Regulamento que teria de vir novamente à Assembleia Municipal depois da consulta pública.-----

O deputado **Rui João Gutierres Setúbal** disse que queria apenas referir duas ou três pequenas questões: primeira, que, de facto, esta Assembleia Municipal iria ter de deliberar sobre as taxas, eram, estas taxas que iriam para consulta pública porque a consulta pública era um instrumento obrigatório, o que se estava a votar, de acordo com o que ali estava na



convocatória desta sessão da Assembleia era a “Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Vila Real de Santo António”, portanto, era o regulamento que iria ter um conjunto de implicações vasto e que o PS, para votar em consciência, teria que ter informações mais adequadas e nomeadamente perceber com rigor as alterações que estavam a ser efetuadas. Perguntou se havia novas taxas, havia situações novas que não eram taxadas e agora passam a ser taxadas. Disse que tudo aquilo não estava devidamente articulado, porque se tivessem ali um comparativo do que era o regulamento anterior àquele que estava a ser votado seria fácil o trabalho de análise, e que daquela forma não era, e assim não era possível prestar a caução do PS com o voto favorável. Disse que, de qualquer das maneiras, para além daqueles pequenos exemplos de reduções de taxa, que disse que careciam de explicação, porque sempre tinha sido defendido que o FAM obrigava sempre a aumentos, e agora havia uma redução que era qualquer coisa de estranho, no mínimo, como se ia reduzir taxas quando o FAM sempre obrigava a aumentar. Disse que, de facto, havia uma outra questão, que disse não saber qual era a que estava em vigor, mas quando olhava para ali e, no regulamento de taxas, via, por exemplo, uma pequena nota ao longo das diversas taxas: “as taxas devidas pela apreciação de pedidos, quando expressamente pedidos com urgência e disponibilizados ao interessado no máximo de dois dias, contados da data do pedido, são elevadas ao triplo”, ou seja, havia ali uma taxa ao triplo para quando algum investidor, quando algum particular, quisesse urgência numa decisão, como era natural, só que era três vezes mais, porque havia taxas de urgência nos serviços públicos que eram usuais, mas ali eram três vezes mais, se se estivesse a falar de uma taxa de mil euros, estava-se falar de mais de dois mil, portanto, eram estas pequenas/grandes questões que o PS gostaria de ter visto previamente esclarecidas antes de ser obrigado a tomar partido nesta votação, porque como bem dizia a Câmara, a Câmara quando aprovou esta proposta dizia para a mesma ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal e posterior consulta pública, que era o que dizia a lei e, portanto, a decisão final era desta Assembleia, e era no âmbito dessa decisão final que o PS não se sentia à vontade para tomar qualquer posição, ou melhor, votar favoravelmente sobre aquela matéria.-----

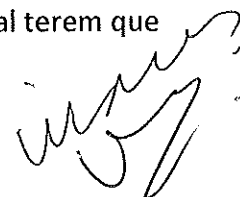
A **Presidente da Câmara Municipal**, em resposta ao deputado **José Estevão Correia da Cruz** disse que, relativamente ao PDM, o documento tinha sido elaborado, já tinha havido uma reunião na CCDD e a CCDD tinha identificado um conjunto de situações que tinham de ser alteradas, os serviços estavam a proceder a essas alterações para, depois, enviar formalmente e novamente à CCDD e, então, o PDM começaria a ser enviado para as trinta



7

entidades que tinham de dar o parecer sobre o PDM. Disse que o documento estava feito, estava extenso, tinham sido contempladas algumas situações que não se sabia como as outras entidades se iriam pronunciar. Disse que lhe parecia que o PDM não tinha nada que ver com o regulamento que se estava a apreciar, uma vez que este regulamento não continha alterações senão na parte das taxas, não havia alterações em termos de regras urbanísticas. Respondendo ao deputado **Henrique da Encarnação Mascarenhas Bonança** e ao deputado **Rui João Gutierrez Setúbal**, disse que o regulamento, de acordo com a lei devia ser alterado de três em três anos, e que a última alteração deveria ter sido efetuada em dois mil e dezassete e já estava um pouco atrasada. Disse que as alterações eram obrigatórias para adequar o custo dos serviços prestados pelo município relativamente ao valor das taxas, por outro lado, como exemplo, grande parte das taxas baixou, tendo em conta que, desde dois mil e catorze, o valor do investimento feito no concelho, por exemplo, com empreitadas, diminuiu o que provocou uma diminuição dos custos indiretos da taxa, portanto, aquelas taxas deveriam ter um valor que espelhasse o custo do serviço que estava a ser prestado e essencialmente ali tinha a parte económica. Disse que, quando ao FAM, o município tinha as taxas elevadas, mas, de acordo, com este regulamento, e dissera na sessão de Câmara perante os Srs. Vereadores, que iriam ter trinta dias para se pronunciarem sobre estes assuntos, como qualquer munícipe, e que se sabiam muito bem qual era o circuito: vinha à Assembleia, voltava à sessão de Câmara, poderia haver alterações para serem efetuadas e, depois, viria novamente à aprovação da Assembleia. Disse que este documento tinha de ser feito de acordo com a lei, já pecava por atraso, e, portanto, estava-se apenas a mexer nalguns valores e alguns, por sinal, até tinham descido, e parecia-lhe que, em termos de investimento, era muito melhor para todos, pois quanto maior fosse o investimento, maior seria a receita.-----

O deputado **José Estevão Correia da Cruz** disse que queria tentar esclarecer uma coisa que, segundo cria, estava a ser um erro nesta Assembleia. Disse que se a legislação não dava a esta Assembleia qualquer poder de alterar o regulamento que era proposto pela Câmara, ou se dizia que sim, ou se dizia que não, não se podia intervir, perguntou por que razão ele, como membro da Assembleia Municipal, se ia armar em público e a propor alterações a um regulamento para o qual a lei nem sequer lhe dava a possibilidade de intervir na sua função normal em que podia intervir. Disse que isto era um buraco na lei que foi construída ao longo de anos para obter mesmo estes objetivos dos membros da Assembleia Municipal terem que





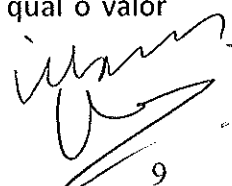
dizer “sim” ou “não” e, em nome de uma determinada eficácia, o que acontecia era que rejeitava o papel de ir intervir como público a discutir este regulamento.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que era importante o que o deputado **José Estevão Correia da Cruz** estava a dizer para se perceber o que se estava a votar. Disse que não era jurista e que corria algum risco de não estar a fazer a interpretação correta, mas o que acontecia era a Câmara Municipal propunha um regulamento, uma alteração ao regulamento, que vinha agora à reunião da Assembleia para que esta autorizasse, ou não, que ele prosseguisse o processo de seguir para consulta pública, depois da consulta pública a Câmara Municipal deliberaria se fazia alterações, ou não, e viria propor à Assembleia Municipal um documento final que a Assembleia aprovaria, ou não. Disse pensar que a intervenção do deputado **José Estevão Correia da Cruz** tinha a ver com o que a Presidente da Câmara tinha dito. -----

Não se registando mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA**, com os votos contra das bancadas do **PS** e da **CDU** e o voto de qualidade do **Presidente da Assembleia Municipal**.-----

## **6. ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO GERAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; -----**

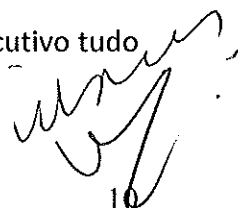
Presente a proposta da **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** em reunião de Câmara de seis de agosto de dois mil e dezanove, com os votos contra dos **Vereadores Manuel Pôla Alturas Célia Paz e Álvaro Leal**, o deputado **Henrique da Encarnação Mascarenhas Bonança** disse que o documento apresentado referia que por imperativo legal era fundamental proceder à fundamentação económico-financeira do valor das taxas. Disse que o Executivo Municipal apresentava à Assembleia Municipal um extenso documento escrito onde nem sequer uma única vez disponibilizava informação a quem iria ter de votar e assumir, ou não, a responsabilidade pela aprovação do regulamento e das taxas propostas a possibilidade de comparar o regulamento e as taxas atualmente em vigor com aquelas que estão agora a ser propostas. Disse que a verdade era que o quadro das taxas atualmente em vigor correspondia a três páginas A4 e que o quadro agora proposto tinha vinte e oito páginas A4. Disse que havia um conjunto de novas taxas cuja justificação e quantificação se impunham para uma tomada de decisão que, como a título de exemplo, taxa para instalação de aparelhos de ar condicionado ou de antenas parabólicas em edifícios. Disse que desconheciam qual o aumento percentual das taxas, desconheciam qual o valor



9

que o Município arrecadava atualmente e quanto esperava arrecadar com o novo regulamento, desconheciam quantas e quais as taxas novas criadas. Disse que eram demasiadas dúvidas para que a bancada do PS pudesse assumir a responsabilidade e o ónus pela aprovação deste regulamento que era extenso e complexo e sobre o qual não lhe tinham sido dadas quaisquer explicações, nem disponibilizada a informação económica e financeira legal, sendo apenas exigida uma resposta quase imediata face à data em que o mesmo iria entrar em vigor, janeiro de dois mil e vinte, e dando conhecimento dos documentos com poucos dias de antecedência em relação à data desta Assembleia Municipal pelo que não lhe restava alternativa do que votar contra.-----

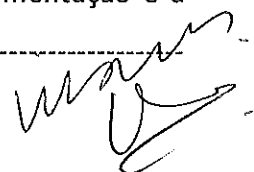
O deputado **António Manuel Cipriano Cabrita** disse que, sobre este assunto, queria dizer que teve oportunidade de ir acompanhando uma das pessoas que esteve na base desta revisão de taxas, porque as pessoas talvez não soubessem o trabalho que aquilo dava e o adaptar até inclusivamente novas coisas porque, no fundo, não se fez nada mais do que o Governo Central fez há pouco tempo quando teve de começar a cobrar, por exemplo, e arranjou taxas para cobrar a utilização de património público como, por exemplo, a questão do Panteão Nacional e por aí fora. Disse que a pessoa que esteve na base daquilo levou e tratou daquele documento durante uma série de anos e não tinha sido nem um nem dois. Disse que quando as pessoas agora dizem que não têm quadros para comparar, então perguntou desde quando é que vinham documentos ali ou noutros sítios com esses tais quadros comparativos. Disse que, se estavam tão bem informados, se tinham tanta informação de tanta coisa com tantos papéis que pediam, e perguntou porque não tinham esses documentos com eles, doutros mandatos para poderem fazer as comparações. Disse que não se recordava, até pelos anos que levava de Assembleia Municipal, porque isto até era repetitivo, era verdade que o argumento era sistematicamente, para não se votar, para não se dizer, para não fazer saber-se-ia lá o quê, era que faltava sempre qualquer coisa. Disse que a intervenção anterior até tinha sido mais interessante porque se dizia “um extenso documento”. Disse que, neste momento, as taxas preveem cobrar situações que anteriormente não eram previstas, como, por exemplo, a utilização da Biblioteca, a utilização de outros equipamentos municipais por privados que dantes eram utilizados sem qualquer taxa, sem se cobrar qualquer coisa, o fazer inclusivamente fotocópias. Disse que achava aquilo perfeitamente normal e era necessário incorporar e dar-lhe um enquadramento legal para isso estar ali. Disse, e voltava a repetir, que tinha levado uma série de anos a ser feito e a ser preparado. Disse que, como se tinha entrado na situação de que o atual Executivo tudo



10

o que fazia era malfeito, então a argumentação era sempre aquela e o PSD tinha sempre de responder da mesma forma, ou seja, tudo o que ali se trouxesse nunca seria suficiente, o PS estaria sempre mal informado.-----

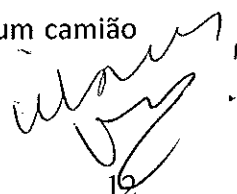
O deputado **Rui João Gutierres Setúbal** disse que tinha pedido a palavra porque o deputado **António Manuel Cipriano Cabrita** tinha acabado de dar razão ao PS. Disse que quando ele tinha dito que tinha acompanhado o trabalho das pessoas que estiveram na revisão de taxas e que aquele trabalho tinha sido exaustivo e tinha demorado bastante tempo, vinha dar total razão ao PS para que o PS não estivesse em condições para poder dar o seu voto favorável. Disse que um trabalho que demorava tanto tempo a fazer, que ia implicar uma alteração profunda nas taxas, que ia taxar uma série de coisas que até à presente data não eram taxadas, e perguntou se não era importante que o PS fosse informado atempadamente e com alguma informação adicional e inclusivamente técnica sobre eles, porque o regulamento falava em princípios de proporcionalidade, falava nas questões de carácter económico-financeiro e o PS não sabia como é que aqueles valores tinham sido encontrados, não tinha nenhuma informação dessas e quando lhe vinham dizer que era só a aprovação para ir para discussão pública não era uma questão que pudesse ser aceitável porque aquilo que ali fosse aprovado ia para discussão pública, a complexidade daquele regulamento era de tal forma grande que duvidava muito que em trinta dias, ainda por cima no verão, fosse haver capacidade de alguém fazer qualquer tipo de intervenção naquilo e ele não queria ficar com o ónus de um dia mais tarde alguém vir a dizer que isto tinha aumentado muito ou não tinha aumentado o que devia, que poderia haver ali taxas que realmente não correspondiam ao serviço que estava a ser não prestado, não sabia, podia acontecer. Disse que, agora, se calhar, a bancada do PSD estava suficientemente à vontade para votar porque tinha outro tipo de conhecimentos que o PS não tinha, porque tinha acesso a outro tipo de informação que o PS não tinha e era essa informação que o PS reclamava e achava que isso era lícito, não era nada ilícito, não era nada que o PS não tivesse direito de ter e vir ali dizer que nunca se tinha feito comparações e tinha conhecimento de alguns casos, não os tinha agora ali de memória, mas já tinha visto situações onde aparecia o que era o que se estava a propor e qual era a versão atual, já o tinha visto, não ali, nesta Assembleia, de facto, mas noutros fóruns já tinha visto esse tipo de informação e, portanto, pensava que era uma forma interessante de facilitar a decisão a quem tinha de decidir em pouco tempo, a quem tinha de tomar uma posição em tão pouco tempo e que não acesso a documentação e a informação que, ao que parecia, a bancada do PSD tinha.-----



O deputado **Rafael José Forra dos Santos de Deus Teixeira** disse que tinha de fazer uma recomendação ao deputado **António Manuel Cipriano Cabrita** porque estava sempre constantemente a intervir em termos de Assembleia que, em vez de criticar tanto as opiniões da bancada do PS, se calhar, podia apresentar soluções construtivas e proactivas e ficava essa recomendação para o deputado **António Manuel Cipriano Cabrita**.-----

O deputado **António Manuel Cipriano Cabrita** disse ao deputado **Rafael José Forra dos Santos de Deus Teixeira** que as soluções construtivas e proactivas eram as propostas que ali estavam e perguntou o que é que queria que lhe dissesse mais. E disse que, quando ao que o deputado **Rui João Gutierrez Setúbal** tinha invocado e tirado das suas palavras, disse que não o autorizava a fazer aquele tipo de intervenções no que tocava àquilo que ele próprio tinha dito porque, se calhar, não tinha sido aquilo que tinha dito. E disse que ia deixar mais uma vez vincado que era daqueles, ao contrário do que para aí se dizia, que as pessoas gostavam e lhe pintavam quadros que não tinha, que se considerava e era um verdadeiro democrata e, já o tinha dito várias vezes, dava-se muito melhor quando estava na oposição do que quando estava no poder e poderia ter, e haveria de ter, o prazer de estar ali na Assembleia como membro da oposição. E disse que bem se recordava do que era aquela Assembleia quando um determinado fulano tinha sido Presidente desta Câmara Municipal, e bem se recordava e havia ali outras pessoas que também sabiam, do tipo de uma maioria de Deputados Municipais recomendar ao Presidente da Câmara que não gostaria que a feira municipal estivesse em determinado sítio e o Presidente da Câmara tinha dito que ia pensar e no outro dia a feira estava precisamente no lugar onde os Deputados não queriam que estivesse, e, como isso, tantas outras coisas, e aí já ninguém desconfiava, eram todos muito sérios. Disse que o tempo se iria encarregar de resolver muitas coisas.-----

A **Presidente da Câmara Municipal** disse que o documento em questão, tal como tinha dito o deputado **António Manuel Cipriano Cabrita**, tinha sido iniciado por uma técnica que se encontrava a trabalhar na Câmara Municipal, mas tinha sido finalizado agora por duas funcionárias da Câmara Municipal que tinham trabalhado muitos dias a fio para que o documento estivesse pronto, e disse que esta era a primeira questão e que ali isto tinha de ser dito. Disse que aquele regulamento, ou esta alteração ao regulamento, resultava, para além do que os deputados tinham falado, essencialmente, do facto de, desde dois mil e nove, não terem sido efetuadas quaisquer alterações a este regulamento. Disse que todas estas propostas de alteração ao regulamento de taxas resultavam de valores, por um lado, de questões de atualização, de espaços que não estavam taxados, por exemplo, um camião



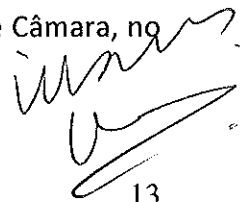
que passava e partia um passeio e não estava contemplado nas taxas uma forma de aplicar uma contraordenação, mas tinha de haver uma taxa por incumprimento, se era assim que se podia dizer. Disse ainda que a Biblioteca, muitas vezes, quando havia associações, quando havia todo o tipo de situações onde não se cobrava e não se iria cobrar, mas haveria grupos privados que queriam usar este espaço e que a Câmara poderia rentabilizar, portanto, ter-se-ia todo o direito a taxar e, neste caso, não se pagava nada porque não estava taxado, e muitos outros exemplos poderiam ser dados. Disse que resumidamente o documento resultava essencialmente do facto de, durante dez anos, não ter sido atualizado e que, mais uma vez, teria de espelhar os custos dos serviços todos que eram prestados e que em dez anos muita coisa se tinha alterado e, portanto, haveria que alterar e atualizar este regulamento de acordo com a atualidade.-----

Não se registando mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA**, com os votos contra das bancadas do **PS** e da **CDU** e o voto de qualidade do **Presidente da Assembleia Municipal**.-----

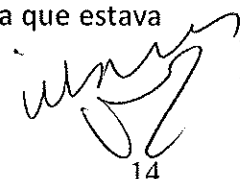
#### **7. ALTERAÇÃO À PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2018; -----**

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou a proposta da **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** em reunião de Câmara de seis de agosto de dois mil e dezanove, com os votos contra dos **Vereadores Manuel Pôla Alturas Célia Paz e Álvaro Leal**. O deputado **José Estevão Correia da Cruz** disse que a sua intervenção era apenas para dizer uma coisa, que a Posição da **CDU** era demasiado conhecida, várias vezes a tinham ali expressado publicamente sobre esta questão das contas. Disse que o sentido da votação da **CDU** nas três propostas iria ser idêntico àquele que tinha sido sempre.-----

O deputado **Rui João Gutierrez Setúbal** disse que, em nome da bancada do **PS**, gostaria começar por referir uma convicção. Disse que o **PS** tinha a convicção de que este ponto não poderia estar a ser discutido nesta Assembleia uma vez que o despacho que tinha ordenado a reabertura das contas era nulo e disse que não era o **PS** que o dizia, era o Executivo camarário quando na página vinte e cinco do relatório das contas de dois mil e dezoito afirmava taxativamente, e passou a citar: *"A Presidente pode praticar quaisquer atos de competência da Câmara, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião de Câmara realizada após a sua prática, sob pena da sua anulabilidade"*. Disse que a Presidente de Câmara tinha determinado a reabertura das contas de dois mil e dezoito era datada do dia oito de Julho e, entretanto, no dia nove tinha sido realizada uma reunião de Câmara, no

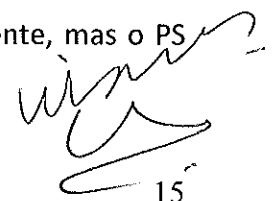


dia vinte e três de Julho, tinha sido realizada uma segunda reunião de Câmara, onde nada disto tinha sido abordado. Disse que só na terceira reunião de Câmara realizada, no dia seis de Agosto, tinha sido dado conhecimento aos restantes Vereadores. Disse que aquela declaração inicial, desde aquele momento requeria que constasse na minuta da Ata, que seria lavrada na presente data, na Assembleia a decorrer. Disse que passava a fazer as considerações políticas sobre aquele documento. Disse que obviamente a postura do PS iria ser votar contra e o que ali se estava a assistir, na opinião do PS, no seu entendimento, era a prova de que a bancada do PS tinha razão quando, havia algum tempo atrás, tinha requerido que fossem feitas auditorias à Câmara e SGU. Disse que tinham sido recentemente abertas as contas da SGU dos anos dois mil e dezasseis, dois mil e dezassete e dois mil e dezoito e que agora tinham sido reabertas as da Câmara do ano dois mil e dezoito. Disse que aparentemente esta alteração agora efetuada visava apenas adequar ratios de endividamento com o objetivo de facilitar eventuais renegociações de dívida ou do processo de dissolução da SGU, não sabia exatamente o quê. Disse que, contudo, não deixava de ser estranho que se reabrisse umas contas a pedido do FAM, como era expressamente referido e constava da documentação que tinham recebido porque, como dizia o FAM, existiam discrepâncias significativas nos pressupostos de execução orçamental e de endividamento, tornando-se inviável o trabalho de monitorização do trimestre e do exercício em causa, que era de dois mil e dezoito, pelo que fossem reabertas as contas e elaborados os relatórios técnicos e de auditoria, que tinham sido feitos, e, depois de tudo isto, vinha a aprovação de contas que, no entendimento do PS, por aquilo que lia, continuavam a não estar certas e continuavam a pecar por discrepâncias e discrepâncias graves. Disse que também não era o PS que o dizia, era o que constava dos documentos, quem dizia isso era o ROC. Disse que o ROC no essencial no seu documento elaborado para reabertura de contas dizia o mesmo que já tinha manifestado anteriormente e colocava uma série de opiniões com reservas. Disse que logo na primeira afirmava taxativamente, e passou a citar, e disse que era para não lhes porem palavras que não eram do PS, disse que estava a cingir-se àquilo que documentalmente estava escrito: “na sequência de informação dos advogados, verificámos existir um conjunto de processos judiciais em curso pelos quais existe divergência entre os montantes registado em provisões pelo Município, face ao valor percecionado pelos advogados”. Disse que estes documentos, tal como os anteriores, tinham em linha de conta o valor contabilístico de cerca de dois milhões de euros, para, não chegava, mas era aproximado, para provisões para processos em curso. Disse que o valor da dívida que estava



reclamada ao Município, no conjunto de documentos que tinham sido entregues, havia dois anos, e que muitos dos processos ainda continuavam em vigor, era superior àqueles dois milhões de euros. Disse que bastava pensar em dois ou três processos que eram do conhecimento público para se verificar que aquele valor era superior. Disse que não podiam deixar de ali manifestar a sua estranheza pelo facto de os técnicos do FAM terem tido necessidade de exigir a retificação de valores contabilísticos que eram entre duas empresas, por uma empresa, que era a SGU, que era detida a cem por cento pelo Município e o próprio Município, e, depois, que viesse justificar isso quando se ia ter uma melhor perceção, ou uma real perceção das contas. Disse que para ter a real perceção das contas era necessário conhecer a realidade daquilo que poderia cair em cima com os processos executivos que estavam em curso com os processos de reclamação de dívidas. Disse que esta era a razão que o PS afirmava, que concluía que os documentos diziam, que as contas foram alteradas, foram reabertas para serem alteradas para dar uma dimensão real, mas que, no fundo, continuavam a estar com a mesma falta de dimensão porque havia um conjunto de dados que continuavam a estar omitidos nas contas e esta era a realidade no momento. E disse que era tudo isto que levava o PS a manter a mesma posição que já tinha tido quanto à aprovação das contas iniciais, que era votar contra.-----

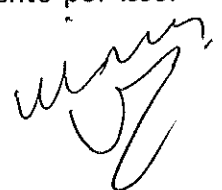
A **Presidente da Câmara Municipal**, em resposta ao deputado **Rui João Gutierrez Setúbal** frisando que o FAM tinha detetado uma situação que não era uma incorreção, mas era uma rubrica que não tinha sido inscrita, que era a classificação de uma rubrica para outra, que o deputado sabia bem o que era, que a partir de um despacho, que se teve de pedir autorização à AIRC para abrir as contas, teve de se pedir autorização a vários organismos que, logo, não se podia levar de imediato, na pretensa reunião de Câmara seguinte, porque o processo não estava completo. E disse que a anulabilidade se tinha sanado com a ratificação da sessão de Câmara e nunca esta situação passaria a nulidade. Disse que era interessante que, neste momento, em que se estava a fazer esforços para ir para a frente, independentemente da reabertura de contas, para fazer o necessário para que se arrumasse a casa, e nunca o PS quis que se arrumasse a casa para provavelmente trazer um futuro melhor para um possível próximo executivo do PS que viesse para o próximo mandato e disse que terminava ali e não lhe dizia mais nada. Disse que não concordava que sistematicamente se desconfiasse dos atos que o Executivo tomava, que sistematicamente se achasse tudo duvidoso, e portanto, achava normal que o PS votasse contra, era normal que isso acontecesse, porque não queria que a Câmara andasse para a frente, mas o PS



15

estava a esquecer que já ela própria tinha dito que assumia a dívida, que não havia investimento, mas que era dívida e que estava a tentar, da melhor forma que sabia e como era possível, para tentar andar com isto para a frente. Disse que no futuro, quando viesse outro Executivo, teria as coisas mais arrumadas, mais orientadas. Disse que, se o FAM dava esta diretiva e se o ROC era contra, isso seria um problema que, como Presidente de Câmara, teria depois de resolver com o ROC. Disse que o FAM tinha pedido esta alteração e foi assim que foi feito e tinha toda a legitimidade para emanar o despacho e ir a ratificação quando as condições estivessem todas reunidas para poder levar o documento a sessão de Câmara. Disse que havia ainda, no conjunto de documentação que estava com os Srs. Deputados, que o financeiro da Câmara que pertence ao POAL Alentejo que descrevia toda a situação e ali, mesmo que pudesse não entender de contas, estava tudo espelhado da forma como toda a situação tinha sido feita e não estava a esconder nada, estava-se simplesmente a fazer a alteração que tinha sido pedida e que podia ajudar a ir para a frente e podia ajudar futuramente a que outro Executivo, que podia não ser o seu, a avançar e a ter já a casa mais arrumada.-----

O deputado **Rui João Gutierrez Setúbal** referiu que não estava ali em causa qualquer tipo de desconfiança e que o PS estava a referir um conjunto de situações que vinham espelhadas nas contas. Disse que não estava em causa uma situação que tivesse a ver com desconfianças, o que estava em causa era o esclarecimento de situações. E disse que, para ele, falando enquanto técnico e não como político, era muito mais importante para o saneamento das contas e para o trabalho que a Sra. Presidente tinha afirmado que estava em curso e que pretendia levar a bom porto, que acreditava, como pessoa, e estava a falar como pessoa e não como político, era muito mais importante a contabilização e o espelhar daquelas situações com os processos judiciais em curso do que propriamente aquela alteração que era uma alteração meramente aritmética para beneficiar o ratio e, portanto, que aquele valor da dívida da SGU à Câmara ou da Câmara à SGU, todas as dívidas que existissem, à data da extinção da SGU, por natureza, extinguíam-se, isso tecnicamente era assim: havia uma dívida da SGU à Câmara ou uma dívida da Câmara à SGU, elas desaparecem automaticamente com a extinção da empresa e a sua integração no Município, portanto, para ele, enquanto político agora, era mais importante saber a realidade, e era para aquela realidade que o ROC, e muito bem, chamava a atenção, que não estava ali espelhada e contra a qual o PS estava e era por isso que ia votar contra, fundamentalmente por isso.





Disse que a questão prévia era uma nota que o PS entendia que politicamente a devia deixar.-----

O deputado **António Manuel Cipriano Cabrita** disse que queria protestar contra a forma de intervenção do deputado **Rui João Gutierrez Setúbal** que sistematicamente incorria naquele tipo de intervenções: depois dos pontos fechados, pedia para fazer esclarecimentos e fazia intervenções. E pediu que ficasse bem lavrado este protesto.-----

Não se registando mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA**, com os votos contra das bancadas do **PS** e da **CDU** e o voto de qualidade do **Presidente da Assembleia Municipal**.-

#### **8. ALTERAÇÃO À PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2016; -----**

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou a proposta da **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** em reunião de Câmara de seis de agosto de dois mil e dezanove, com os votos contra dos **Vereadores Manuel Pôla Alturas Célia Paz e Álvaro Leal**- Não se registando intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA**, com os votos contra das bancadas do **PS** e da **CDU** e o voto de qualidade do **Presidente da Assembleia Municipal**.-----

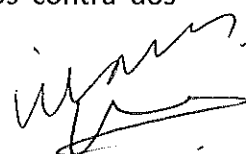
#### **9. ALTERAÇÃO À PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2017; -----**

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou a proposta da **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** em reunião de Câmara de seis de agosto de dois mil e dezanove, com os votos contra dos **Vereadores Manuel Pôla Alturas Célia Paz e Álvaro Leal**.-----

Não se registando intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação e foi aprovada por **MAIORIA**, com os votos contra das bancadas do **PS** e da **CDU** e o voto de qualidade do **Presidente da Assembleia Municipal**. -----

#### **10. ALTERAÇÃO À PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2018; -----**

Presente a proposta da **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** em reunião de Câmara de seis de agosto de dois mil e dezanove, com os votos contra dos



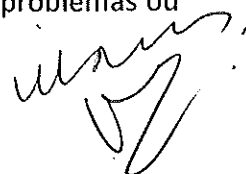
Vereadores Manuel Pôla Alturas Célia Paz e Álvaro Leal e não se registando intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA**, com os votos contra das bancadas do **PS** e da **CDU** e o seu voto de qualidade do **Presidente da Assembleia Municipal**.-----

A bancada do PS apresentou a seguinte **declaração de voto para a ata**: *“Votamos contra reafirmando tudo o que esta bancada já teve a ocasião de referir em anteriores reuniões desta Assembleia Municipal e nas reuniões de Câmara pelos Vereadores do Partido Socialista. Não podem pedir-nos para que caucionemos com o nosso voto favorável as contas consolidadas não dispondo de informação suficiente sobre a gestão do Município e praticamente nenhuma, para não dizer nenhuma, da SGU. Da leitura do balanço e de acordo com os dados dos últimos anos, a receita média é na ordem dos vinte e nove/trinta milhões de euros, sendo que mais de trinta e quatro por cento está comprometida com gastos com pessoal, treze por cento com juros da dívida, trinta e cinco por cento com fornecimentos e serviços externos, sobrando apenas cerca de cinco milhões de euros para fazer face ao serviço da dívida e ao investimento. Trata-se de um cenário verdadeiramente preocupante. Se já não pudemos dar o nosso voto favorável a uma primeira versão dos documentos aprovados em Junho passado, muito menos poderemos votar favoravelmente as contas revistas, como tivemos ocasião de referir anteriormente, que visaram corrigir situações anómalas sob o ponto de vista técnico, mas essencialmente político como os que ocorreram com o ano de dois mil e dezasseis na SGU ou como aquelas que hoje tivemos a oportunidade de manifestar em relação às contas da Câmara”*.-----

No período de intervenção do público interveio o munícipe **Rui de Carvalho** que disse pretender contextualizar a sua intervenção, começando a referir à questão das contas da Câmara e ao facto de haver a intervenção do FAM na apresentação das mesmas.-----

O munícipe **Rui de Carvalho** foi interrompido pela manifestação das bancadas pelo facto de estar a referir-se a um assunto que fizera parte da Ordem do Dia e uma intervenção deste género não era permitida pelo regimento. O **Presidente da Assembleia Municipal**, sondadas as bancadas, deu novamente a palavra ao munícipe **Rui de Carvalho**, solicitando que se cingisse aos três minutos contemplados pelo regimento para a sua intervenção.-----

O munícipe **Rui de Carvalho** continuou dizendo que o facto de as contas da Câmara terem a orientação do FAM, e sendo este um organismo idóneo, não devia levantar os problemas ou



as dúvidas que foram apresentadas. Disse que experimentara durante o verão as dificuldades do estacionamento em Monte Gordo, mas via muitas potencialidades no turismo e que este sofria a concorrência do turismo do Norte de África, que tinha baixado os preços. Realçando as potencialidades de Monte Gordo, chamou a atenção para a necessidade de investimentos que deviam captar o turismo de alta capacidade económica, mas sem deixar de fora a captação do turismo de um segmento mais baixo, com menos capacidade financeira.-----

O munícipe **Miguel Veloso** disse que queria fazer duas perguntas: uma relativamente à Worten, se se iria instalar no espaço comercial do Continente, e outra relativamente ao terreno dos courts de ténis que, como não foi construído o hotel, deveria reverter para a posse da Câmara. -----

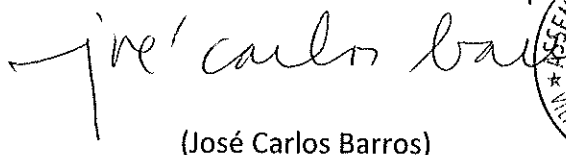
A **Presidente da Câmara Municipal**, dirigindo-se ao munícipe **Miguel Veloso**, disse que já tinha respondido anteriormente à questão da instalação da Worten e disse que aquela marca não se iria instalar no espaço comercial referido. Quanto ao terreno dos courts de ténis, como o hotel não fora construído, estava a ser concluído o processo para fazer a reversão do terreno para a Câmara Municipal. Ao munícipe **Rui de Carvalho** disse que estava sensível ao que expusera e que estaria sempre atenta à possibilidade de investimentos na frente de mar e passadiço de Monte Gordo e que procuraria que se proporcionassem respostas turísticas para os turistas de maior e menor capacidade económica. -----

Tendo verificado que não havia mais inscrições para intervenção por parte do público, o **Presidente da Assembleia Municipal** pediu que se procedesse à leitura da Ata desta sessão da Assembleia Municipal, sob a forma de minuta.-----

Terminada a leitura da minuta da ata, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou-a à votação, tendo a mesma sido aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e vinte e cinco minutos.-----

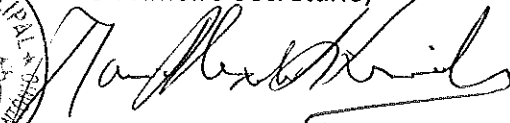
O Presidente da Assembleia Municipal



(José Carlos Barros)



O Primeiro Secretário,



(Maria Alexandra Martins do Livramento)

